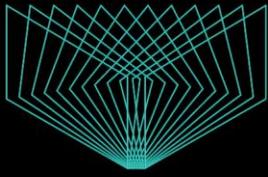


“Os riscos e as oportunidades da agenda da UE para o comércio verde”

**Fundação Francisco Manuel dos Santos e Brookings
Institution publicam terceiro *policy paper* sobre os
desafios do comércio verde num cenário geopolítico
instável**

- No Dia Mundial da Energia, que se assinala a 29 de maio, a Fundação Francisco Manuel dos Santos publica o terceiro *policy paper* do estudo «A transição energética da Europa: equilibrar o trilema», realizado em parceria com a Brookings Institution, um dos principais *think tanks* internacionais, que analisa a transição energética na Europa em tempos de crise e conflitos.
- O *policy paper* agora apresentado, disponível [no site da FFMS](#), é o terceiro de uma série de seis artigos que compõem o estudo completo, a serem publicados até ao final de 2025. Os dois *papers* anteriormente publicados analisam a dependência e o afastamento da Europa em relação ao gás russo; e as incertezas políticas e dos mercados na era da transição energética.
- A Brookings Institution, um dos mais conceituados *think tanks* norte-americanos, foi fundada em 1916 e tem sede em Washington, D.C. Possui um histórico notável na área de políticas públicas, tendo desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de iniciativas como o Plano Marshall.

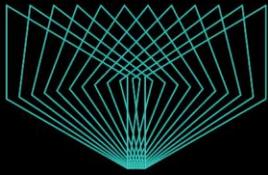


PARA OS AUTORES, «A LIDERANÇA DA EUROPA NO DOMÍNIO DO COMÉRCIO VERDE TEM ENORMES IMPLICAÇÕES: SE FOR BEM-SUCEDIDA, PODE INSPIRAR OUTRAS ECONOMIAS A ADOPTAR PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SEMELHANTES; MAS, POR OUTRO LADO, PODE AUMENTAR TENSÕES COMERCIAIS E PENALIZAR ECONOMIAS EMERGENTES.»

O *policy paper*, da autoria de Trevor Sutton, investigador do Center on Global Energy Policy da Universidade de Columbia (EUA) e especialista em comércio, políticas industriais e clima, e Sagatom Saha, investigador do Center on Global Energy Policy da Universidade de Columbia (EUA) e especialista em geopolítica da transição energética, começa por explicar o “efeito Bruxelas”, referindo-se à capacidade da UE de influenciar normas globais, estendendo os efeitos da sua regulamentação além das suas fronteiras. Efeito que tem sido evidente nas políticas ambientais e de sustentabilidade, como é o caso do Pacto Ecológico Europeu (PEE), com o objetivo de descarbonizar a economia até 2050. A ambição climática da UE começou a influenciar também a sua política comercial, abrindo espaço para o chamado “comércio verde”.

Os autores alertam para o facto de a liderança da Europa no domínio do comércio verde ter enormes implicações globais: se for bem-sucedida, pode inspirar outras economias a adotar práticas de sustentabilidade semelhantes; mas, por outro lado, pode aumentar tensões comerciais e penalizar economias emergentes. Bruxelas precisa de equilibrar ambições climáticas e interesses comerciais. Este texto analisa as políticas, as motivações, os riscos e oportunidades para indústrias e consumidores de uma política comercial sustentável.

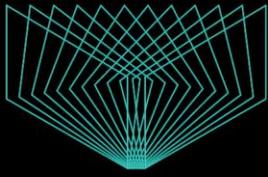
Segundo a OMC, 20% a 30% das emissões globais estão ligadas ao comércio, principalmente à produção de bens como aço e alumínio, e ao transporte internacional. A abertura da



economia levou ao aumento das emissões entre os parceiros comerciais, nomeadamente por via do estímulo à procura de matérias-primas responsáveis por emissões de carbono elevadas e de produtos como os automóveis e os aviões. A existência de poucas barreiras comerciais e, simultaneamente, a grande mobilidade de capitais aumentam o risco de deslocalização da produção para países com jurisdições menos rígidas em regulamentação climática, um fenómeno designado como «fuga de carbono». Os autores relembram que a situação atual é um produto dos tempos: o sistema mundial de comércio moderno foi criado antes de a maioria dos governos terem tomado consciência das alterações climáticas.

A UE espera que a transição energética impulse o crescimento e que o PEE contribua para uma economia europeia moderna, mais eficiente e competitiva. Mas, apesar destas aspirações, o apoio político a este pacto tem diminuído. Nas últimas eleições europeias, os apoiantes do PEE, incluindo os Verdes europeus, sofreram perdas eleitorais significativas, e o Partido Popular Europeu, o grupo político de Von der Leyen, tem criticado cada vez mais os objetivos climáticos e da energia limpa, argumentando que a carga e os custos da regulamentação associada à transição para as emissões líquidas nulas colocam as empresas europeias em desvantagem competitiva face à concorrência estrangeira.

Os autores alertam ainda para outros riscos da liderança europeia no comércio verde. Setores sujeitos a regras mais rígidas enfrentam custos elevados, e, sem mecanismos de compensação, podem perder competitividade global, ameaçando as aspirações e a eficácia da estratégia europeia. Por outro lado, a UE terá de equilibrar políticas comerciais com a sua política geral em relação à China, que é simultaneamente um importante mercado de exportação para os fabricantes europeus e, cada vez mais, uma ameaça à segurança europeia e à competitividade da indústria. As medidas europeias unilaterais têm também gerado



críticas no Sul Global, que acusa Bruxelas de “imperialismo regulatório” ou “protecionismo verde”. Por último, as relações comerciais – já tensas – com os Estados Unidos poderão agravar-se. Segundo os autores, tendo em conta que os EUA se retiraram do sistema mundial de comércio — e, mais genericamente, rejeitaram o princípio da governação internacional neutra e alicerçada em regras —, a liderança da UE em matéria de clima e comércio é fundamental. Mas Bruxelas não pode dar-se ao luxo de implementar uma política comercial que afaste simultaneamente os Estados Unidos, a China e o Sul Global.

Torna-se cada vez mais importante que a UE consiga alcançar um equilíbrio, uma vez que é agora a única grande economia mundial ainda empenhada, na teoria e na prática, no comércio aberto e justo. A Europa encontra-se numa posição única para cultivar relações comerciais favoráveis que reforcem as cadeias de abastecimento limpas e para fomentar a adesão ao princípio de que o sistema mundial de comércio pode e deve fazer mais para enfrentar a ameaça das alterações climáticas.

Para esclarecimentos adicionais:

Manuel Louro | 918 881 124 | manuel.louro@jlma.pt

Maria João Soares | 914 237 487 | mjsoares@jlma.pt